



MUNICÍPIO DE PENACOVA

REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PENACOVA

A Componente de Apoio à Família (CAF) dos estabelecimentos da rede pública da Educação Pré-Escolar é constituída pelas seguintes respostas às crianças que frequentam a rede fixa da Educação Pré-Escolar:

- a) fornecimento de refeições;
- b) complemento de horário;
- c) actividades nas interrupções lectivas.

Artigo 1º

Norma habilitante

O presente Regulamento tem o seu suporte legal na Lei 169/99, de 18 de Setembro.

Artigo 2º

Âmbito

Este Regulamento aplica-se a todos os encarregados de educação das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho de Penacova e que declarem pretender para os seus educandos a frequência da componente sócio-educativa de apoio à família, através do preenchimento do requerimento da Câmara Municipal de Penacova (CMP).

Artigo 3º

Frequência

- 1- Para as crianças poderem beneficiar da Componente de Apoio à Família, em qualquer Jardim de Infância abrangido por estes serviços, os encarregados de educação, que comprovadamente necessitem dos mesmos, terão que os solicitar no acto de inscrição oficial na secretaria da sede do Agrupamento de Escolas.
- 2- Cabe à CMP aprovar o pedido do encarregado de educação após a entrega, pelo Agrupamento de Escolas, do requerimento devidamente preenchido, até 15 de Julho antes do início do ano lectivo.



MUNICÍPIO DE PENACOVA

- 3- Sempre que não funcione a componente lectiva apenas poderão frequentar a componente sócio-educativa as crianças inscritas no complemento de horário.

Artigo 4º

Funcionamento e horário

- 1 - Cada estabelecimento de educação pré-escolar deve adoptar um horário adequado de forma a responder às necessidades reais das famílias e de acordo com os meios disponíveis. Para além da actividade lectiva, cada criança só deverá permanecer o tempo estritamente necessário, pois o complemento de horário não é uma resposta a uma necessidade da criança mas da sua família.
- 2 - De acordo com a Portaria n.º 583/97 de 30 de Junho, os encarregados de educação que necessitem que os seus educandos frequentem o complemento de horário antes das 8h30m e após as 17h30m, deverão apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração comprovativa do horário de trabalho de todos os elementos activos que constituem o agregado familiar, emitida pela respectiva entidade patronal;
 - b) Declaração sob o compromisso de honra referente à inexistência de alternativa, à qual a família possa recorrer no que diz respeito à guarda da criança antes da abertura e após o encerramento do estabelecimento de educação pré-escolar.
- 3 - Os atrasos na recolha das crianças, para além do limite do horário definido, implicam o pagamento de um valor por cada 15 minutos, definido anualmente pelo Executivo Municipal.
- 4 - O serviço de complemento de horário e actividades nas interrupções lectivas funcionará com número mínimo de 5 crianças.
- 5 - A duração das actividades nas interrupções lectivas será analisada tendo em conta os recursos humanos e materiais disponíveis.
- 6 - As actividades realizadas nas interrupções lectivas são alvo de um pagamento fixo por semana, no valor definido anualmente pelo Executivo Municipal.
- 7 - Quando o encarregado de educação requer as actividades no período das interrupções lectivas pagará o valor estabelecido pelo número 6 deste artigo e os respectivos almoços, independentemente do número de presenças do seu educando.



MUNICÍPIO DE PENACOVA

- 8 - O pagamento das refeições e do complemento de horário no mês de Julho é efectuado até ao dia 8 do mesmo mês (em simultâneo com a mensalidade de Junho).
- 9 - Os pagamentos referentes às actividades nas interrupções lectivas serão efectuados no mês anterior à realização das mesmas.

Artigo 5º

Controlo e Gestão

- 1- A CMP terá sob sua responsabilidade todo o controlo financeiro da Componente Sócio-Educativa de Apoio à Família.
- 2- Caberá à CMP, coadjuvada pelas Coordenadoras de Estabelecimento, a gestão do pessoal de apoio, bem como a organização do processo de fornecimento de refeições, no controlo da sua qualidade e bom funcionamento.
- 3- O pessoal de apoio deve respeitar as indicações das Coordenadoras em tudo o que tenha a ver com o funcionamento do Jardim de Infância durante o período das actividades lectivas, ou de interrupções, se durante o mesmo decorrerem actividades com crianças.

Artigo 6º

Comparticipação financeira

- 1- Cabe à Câmara Municipal definir as participações financeiras das famílias, com respeito pelo que anualmente for legislado pelo Ministério da Educação.
- 2- As participações são definidas, em regra, antes do início de cada ano lectivo e serão devidas a partir do dia em que a criança iniciar a componente de apoio à família.
- 3- A participação familiar tem em conta os rendimentos do agregado familiar da criança e é calculada tendo por base o definido no Decreto-Lei nº147/97, de 11 de Junho, no Despacho Conjunto nº300/97, de 9 de Setembro e no Decreto-Lei nº55/2009 de 2 de Março.
 - a) Para ter direito à redução ou isenção na participação familiar o encarregado de educação deverá juntar ao requerimento cedido pela Câmara, o documento comprovativo do abono de família conforme estipulado pelo nº 4 do artigo 4º do Decreto-Lei nº55/2009 de 2 de Março.



MUNICÍPIO DE PENACOVA

- b) Os documentos acima referidos devem ser entregues na secretaria da sede do Agrupamento de Escolas impreterivelmente até ao final do mês de Junho.
- c) A atribuição da redução ou da isenção da comparticipação familiar é deliberada pelo executivo camarário.
- d) O encarregado de educação será informado, por escrito, do respectivo valor ou isenção da comparticipação familiar.

Artigo 7º

Reduções nas comparticipações familiares

- 1- Se a criança faltar por motivos injustificados não há direito a qualquer redução.
- 2- Se a criança faltar ao complemento de horário por períodos superiores a cinco dias úteis haverá direito a redução na mensalidade, desde que sejam apresentadas as devidas justificações.
- 3- Sempre que o Jardim de Infância estiver encerrado (interrupção lectivas, obras ou outros) haverá direito à respectiva redução.
- 4- A redução efectuada dependerá do nº de dias a que tem direito e a mensalidade a pagar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$X = \frac{M}{DU} \times D$$

X – Mensalidade a pagar

M – Mensalidade normal

DU – Nº dias úteis daquele mês

D – Nº de dias frequentados pelas crianças

Artigo 8º

Local e prazo de pagamento

- 1 - As comparticipações familiares do complemento de horário são pagas no Jardim de Infância à Assistente Operacional, indicada pela Coordenadora de Estabelecimento, ou na Câmara Municipal, de 1 a 8 de cada mês e referem-se ao mês anterior que a criança está a frequentar.
- 2 - A partir do dia 8 as comparticipações familiares serão pagas exclusivamente na CMP.



MUNICÍPIO DE PENACOVA

Artigo 10º

Pagamento em atraso

O atraso na liquidação da mensalidade por mais de 30 dias implica de imediato a suspensão da frequência das actividades, até à regularização do pagamento.

Artigo 11º

Período de Férias

Em casos devidamente justificados e de acordo com a disponibilidade da CMP, a Componente de Apoio à Família poderá funcionar durante o período de férias, excepto no mês de Agosto.

Artigo 12º

Início da Frequência

- 1- A criança pode começar a usufruir da Componente de Apoio à Família em qualquer altura do ano lectivo, mas só depois de o encarregado de educação entregar na CMP o requerimento e outros documentos solicitados.
- 2- A comparticipação familiar ser-lhe-á exigida a partir do dia em que a criança iniciar a Componente de Apoio à Família.

Artigo 13º

Comunicação da desistência

As desistências de qualquer serviço da CAF devem ser comunicadas por escrito com uma antecedência mínima de dez dias úteis. O não cumprimento implica o pagamento integral da mensalidade do respectivo mês.

Artigo 14º

Omissões

Qualquer caso omissos será analisado pelo executivo da CMP.

Paços do Município, 14 de Junho de 2010